

A FAVOR DE SANTA CATARINA

APRESENTAÇÃO

PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO PARA TODOS

Estes são os principais objetivos de nosso programa de governo. Para que isso aconteça, é preciso realizar três grandes ações:

1º- Fortalecer as regiões, potencializando nossa rica diversidade econômica e cultural;

2º-Colocar o Estado para funcionar, com o atendimento às pessoas como seu principal objetivo;

3º-Modernizar Santa Catarina, realizando um governo que use a tecnologia e os avanços da ciência para garantir uma vida melhor para todos. Estes são os pilares que sustentam as Diretrizes do Programa de Governo da Coligação A FAVOR DE SANTA CATARINA, formada pelo PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB, com apoio político do partido em formação PPL.

O presente texto ainda não traz o conjunto detalhado de nosso Programa de Governo, que começou a ser formulado por mais de vinte grupos de trabalho e teve continuidade nos eventos do Fala Santa Catarina, realizados em todas as regiões, onde colhemos sugestões dos diversos segmentos sociais. Continuamos a receber propostas, seja de setores da sociedade, seja de pessoas, por exemplo, através da internet, no portal colaborativo Embaixadores.SC. Queremos que o nosso Programa de Governo, seja o Programa dos Catarinenses. Por isso, durante nossa campanha,ele será aperfeiçoado e devidamente apresentado.

Nas diretrizes aqui definidas, os catarinenses poderão conhecer em linhas gerais os fundamentos que nortearão nossas ações.

A Coligação A FAVOR DE SANTA CATARINA terá a senadora Ideli Salvatti (PT) como candidata a Governadora e o empresário Guido Bretzke (PR) como candidato a Vice-Governador. Cláudio Vignatti (PT) e João Guizzoni (PCdoB) serão os candidatos ao Senado Federal.

Nossas ações rumo ao Governo de Santa Catarina e Assembleia Legislativa, ao Senado e Câmara Federal, são indissociáveis do compromisso de eleger a chapa Dilma

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB

Rousseff/Michel Temer à Presidência do Brasil, com o objetivo de dar continuidade aos avanços conquistados pelo governo do Presidente Lula.

O que está dando certo no Brasil também dará certo em Santa Catarina. Por isso, o governo do Presidente Lula, que é referência mundial, também será referência para nós, especialmente pela forma como combina políticas econômicas eficazes com sustentabilidade ambiental social. Nosso Governo, como o do Presidente Lula, trabalhará para melhorar a vida das pessoas.

Hoje temos um governo que tirou o País da estagnação econômica e social, que promoveu a maior inclusão social já registrada em nossa história e neste continente, que em oito anos bateu recordes de crescimento do emprego, de aumento do bem estar, de redução das desigualdades sociais e regionais, de redução de práticas ambientais predatórias, que ativou o mercado interno de massa, que diminuiu drasticamente o endividamento público, que atuou criativa e consistentemente em todas as frentes de políticas públicas e que chega ao seu oitavo ano com uma contundente aprovação da população brasileira. Hoje temos um governo do qual nos orgulhamos, pelo qual somos reconhecidos em todo o mundo, um governo que terá continuidade com Dilma Rousseff. Nosso compromisso é associar Santa Catarina ao projeto vitorioso de Brasil.

Só com cada região forte, Santa Catarina será plenamente forte. Só com cada região desenvolvida, Santa Catarina terá desenvolvimento social, econômica e ambiental pleno. Só com a soma das forças de nosso povo, dos governos federal, estadual e municipais Santa Catarina estará de fato unida em torno de um objetivo maior: o de garantir uma vida melhor para nossa gente.

I- DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Sustentabilidade para nós é a integração do econômico, social e ambiental. Embora Santa Catarina tenha bons indicadores sociais, temos muito a fazer. Segundos dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2008, 72% da população catarinense não têm acesso à rede de esgoto, o que nos coloca na incômoda situação de sermos o 14º colocado entre 25 estados do país. Em termos de educação, o salário médio dos professores da rede pública estadual ocupa o 19º lugar no ranking nacional.

Em todos os âmbitos, o nosso governo terá planos, programas, políticas e normas para equacionar as três dimensões da sustentabilidade. Democracia participativa e a promoção da cidadania são condições essenciais para termos uma sociedade sustentável. Nosso governo estabelecerá vínculos entre a política tributária, o desenvolvimento econômico das empresas, a geração de emprego e a proteção ambiental.

Faremos parcerias com outros estados, com o Governo Federal, com órgãos das Nações Unidas (ONU) para contribuir com o esforço global de erradicar a pobreza. No âmbito social e ambiental nosso desafio será antecipar em pelo menos um ano a meta do Brasil de atingir, até 2015, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). Os ODMs são as metas de mais 190 países para erradicar a pobreza no mundo, juntamente com

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB

a melhoria das condições de saúde, educação, promoção da igualdade entre homens e mulheres, e proteção ambiental.

Saúde

Saúde rima com vida, cidadania, direito elementar dos seres humanos, em qualquer parte do mundo. Não podemos comprá-la no mercado, optar ou não por ficar doente, decidir quando, como e com que recursos resolveremos nossos problemas. A presença do Estado é fundamental nas diferentes faces do processo saúde-doença: na promoção, prevenção e na atenção à saúde pública. Em Santa Catarina o tema saúde nas últimas décadas é o mais lembrado pela população, infelizmente não pela qualidade, mas em geral pela má qualidade no atendimento; além de denúncias por cobranças indevidas. Um Estado que tem uma das economias mais destacadas do país não pode ser negligente com esta situação!

Um governo que se propõe a superar esse quadro deverá adotar medidas de ampliação da capacidade de resolução dos seus serviços, com destaque para a regulação e controle dos mesmos. Fundamental também é a valorização e qualificação técnica dos trabalhadores no âmbito da gestão estadual. Tais medidas, com adequado aporte financeiro e efetiva participação da comunidade catarinense, devem garantir o cumprimento dos princípios de universalidade do acesso, integralidade das ações e equidade previstas na Constituição e no Sistema Único de Saúde-SUS.

Faremos do nosso sistema de saúde e educação, em parceria com o Governo Federal, modelos de excelência no atendimento das demandas da população catarinense. Em cada uma destas áreas assumiremos objetivos específicos, metas as serem alcançadas e indicadores de resultados publicamente divulgados para que a população acompanhe, avalie e fiscalize.

Educação

Santa Catarina está colocada como uma das unidades da federação mais bem pontuadas no aspecto da qualidade, da aprendizagem, da infraestrutura e do capital intelectual. Apesar da posição confortável, enfrenta sérios problemas acerca da qualidade do ensino, com grande parcela de professores com sintomas de cansaço, esgotamento e falta de motivação. Os dados também não revelam as taxas da exclusão do ensino básico, que atinge 26,15% da população em idade escolar, principalmente na cobertura de atendimento a crianças de zero a três anos (apenas 36,4%), na pré-escola (80% para alunos de quatro a cinco anos) assim como no ensino médio (80%).

A promulgação, no final do ano passado, da Emenda Constitucional 59, garantiu mais recursos para a educação (projeto da senadora Ideli Salvatti) e assegurou o direito ao ensino básico gratuito para crianças e jovens dos quatro aos 17 anos de idade (antes abrangia apenas o ensino fundamental, dos seis aos 14 anos). O prazo legal para essa meta ser cumprida é até 2016. Nosso governo trabalhará para que Santa Catarina atinja esse objetivo até 2014.

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB

Além disso, nosso governo tem o compromisso de:

- Valorizar as profissionais da Educação Básica com a garantia de melhores salários, melhores condições de trabalho, garantia da carreira e de formação inicial e continuada;
- Aumentar o atendimento do ensino técnico e tecnológico público em parceria com o governo federal;
- Aumentar o número de vagas públicas no ensino superior com a expansão da UDESC;
- Atuar junto ao MEC para ampliar as vagas na UFSC e UFFS e aumentar o número de universidades em nosso Estado;
- Estabelecer uma política eficaz para manter a permanência do aluno na escola, realizando uma pesquisa das causas da evasão e reprovação para combatê-las.

Mulheres

Em Santa Catarina, as eleitoras mulheres são a maioria. São 2.286.655 de votos femininos, representando 50,98% do total (dado de 01/05/2010). Gradualmente as mulheres vêm aumentando sua participação nos empregos formais. Entre 1988 e 2008, a participação feminina passou de 33,7% para 42,7%, evoluindo nove pontos percentuais em 20 anos. A PNAD/2007 já registrava uma taxa de desocupação de 3,2% para homens e de 6,5% para as mulheres. Os dados do Caged registram que, em 2008, a remuneração nominal média mensal de contratação foi de R\$ 655,63, sendo de R\$ 703,06 a remuneração masculina e R\$ 586,22 a remuneração feminina.

As mulheres, mesmo ainda sendo minoria no mercado de trabalho formal, proporcionalmente estão mais presentes nos grupos com maior perfil de escolaridade. Em 2008, as mulheres tinham, em média, 9,8 anos de estudo enquanto os homens tinham 9,1 anos. Este fator vem alterando gradualmente a composição do emprego no estado, no que se refere à escolaridade e gênero.

É preocupante o fato de que as principais causas de internação hospitalar em Santa Catarina em 2008 tiveram ligação direta com as mulheres. Em ordem decrescente: gravidez, parto e puerpério, doenças do aparelho respiratório, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho digestivo e causas externas. Juntas representaram 63,7% das internações. A gravidez na adolescência é outro aspecto alarmante. Quase um quinto dos recém nascidos em 2008 eram filhos de mães adolescentes entre 10 e 19 anos. Ainda sobre o nascimento, importante destacar o alto percentual de parto tipo cesárea. A OMS estima um percentual aceitável de até 15% e Santa Catarina apresentou em 2008, 54,7% dos partos.

Cresceu 136% nos últimos anos o número de ações que tramitam nas 111 comarcas de Santa Catarina envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher. A Polícia Civil de SC começou a contar os crimes passionais em 2007 e, desde então, os casos não param de crescer. Em 2009 foram registradas 103 mortes, o que corresponde a 12,35% dos 834 assassinatos ocorridos no Estado.

Para atacarmos com vigor esses problemas propomos a Criação da Secretaria Especial de Mulheres, com a atribuição de promover políticas públicas a exemplo do que

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB

vem sendo realizado pelo governo federal.

Juventude

Em Santa Catarina, a população juvenil, na faixa etária de 15-29 anos é de praticamente 1,5 milhão, ou seja $\frac{1}{4}$ da população total do Estado. Na faixa-etária de 16 a 18 anos apenas 48% concluíram o ensino médio. Metade dessa população está desempregada e quase 70% da população carcerária é de jovens, o que é uma realidade gravíssima a ser enfrentada. Mesmo que tenha virado um chavão de que a juventude é o futuro, a realidade demonstra que não haverá futuro se este quadro não for revertido. Isto justifica que, em nosso governo, a juventude será uma prioridade absoluta por meio de diversas políticas que visem:

- Articular ações que combatam o ingresso precoce e em condições precárias dos jovens no mundo de trabalho com políticas educacionais e programas de transferência e geração de renda, formação e qualificação profissional;

- Promover uma reforma político-pedagógica no ensino médio, fortalecer as políticas de permanência nas instituições de ensino e de assistência estudantil;

- Promover ações de cultura, saúde, mobilidade urbana, moradia, esporte e lazer de forma integrada e articulada com a Política Nacional de Juventude, tendo como eixo o jovem e o território, contemplando as juventudes e as diversidades regionais, étnico-raciais, de gênero e culturais;

- Contribuir na construção do Sistema Nacional de Juventude, financiado de maneira regular e permanente, que articule ações do governo federal com os estados e municípios, criando espaços permanentes de diálogo institucional. Instituir o Conselho Estadual da Juventude e fomentar ações que proporcionem a participação juvenil na elaboração de políticas públicas através do processo da Conferência Estadual de Juventude;

- Diálogo e políticas específicas para a chamada “Geração Digital”, aquela geração nascida a partir de meados dos anos 80, na era da tecnologia da informação.

Diversidade cultural e desenvolvimento

Em respeito a nossa diversidade, faremos uma política cultural consistente, que reconheça e potencialize nossa riqueza presente em cada município, em cada região, proveniente de diferentes matizes culturais. Nosso compromisso é criar uma secretaria específica para a Cultura.

Será estruturado um Sistema Estadual de Cultura (SEC) e Sistemas Setoriais (como o de museus, arquivos e bibliotecas), com base numa Lei Orgânica da Cultura do Estado, que definirá e institucionalizará mecanismos de gestão para o SEC, como o Plano Estadual, os Planos Setoriais e Territoriais de Cultura.

Reforçaremos o papel do Conselho Estadual de Cultura e da Secretaria de Cultura; consolidaremos um sistema de financiamento e fomento à cultura em Santa Catarina, reestruturando completamente os mecanismos existentes; em articulação com o Ministério

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB

da Cultura, as prefeituras e as associações e redes culturais, daremos impulso ao programa de Pontos de Cultura, de modo a garantir que todos os municípios catarinenses possam constituir ao menos um desses equipamentos; também em parceria, daremos impulso a setores estratégicos como ao programa de modernização de bibliotecas, à produção audiovisual, às artes visuais, à música, ao teatro, à dança, ao canto coral e ao circuito de festas populares. Especial atenção será dada ao Programa Cultural para a rede de ensino.

Esporte

Tendo em vista os Jogos Olímpicos de 2016, que serão sediados no Brasil, vamos valorizar o esporte como propulsor da qualidade de vida de todas as faixas da população. As diretrizes do Programa são:

- Implantar um amplo programa de apoio aos esportes, que abarque as modalidades de base, explorando seu caráter educacional e recreativo, e o esporte competitivo, priorizando o investimento na formação e preparação de atletas para os Jogos Olímpicos de 2016;

- Implantar Pólos Regionais ou de Formação de Atletas e Centros Profissionais Avançados de Ensino de Modalidades Esportivas de acordo com as vocações regionais;

- Construir Centros Olímpicos Regionais, em parceria com a iniciativa privada;

- Programa de Formação de Atletas para os atletas das diversas modalidades que mostrarem capacidade e talento para a competição esportiva, contemplando a concessão de bolsa-atleta de estudos;

- Priorizar projetos que visam apoiar a realização da Copa do Mundo de 2014;

- Programa Segundo Tempo – Disseminar o programa desenvolvido pelo Governo Lula nos municípios paulistas para propiciar a iniciação esportiva e aumentar o tempo de permanência dos estudantes na escola.

Um estado de paz, com segurança pública e cidadania

Não é possível pensar numa sociedade sustentável com alto grau de violência e insegurança que a população enfrenta, especialmente as camadas sociais mais pobres. Nosso governo modificará os atuais padrões de gestão administrativa para, em conjugação com as demais diretrizes do governo, definir as ações específicas da segurança pública. Segurança pública estará articulada com as políticas para a educação, cultura, esportes, geração de emprego e, principalmente, juventude. Nosso projeto de segurança pública será indissociável da promoção da cidadania.

O nosso governo terá uma estratégia integrada e conjunta de Segurança Pública envolvendo e valorizando todas as instituições. Nosso governo instituirá o Programa Estadual de Segurança Pública que, inspirado no PRONASCI do Governo Federal, dará ênfase à prevenção e à inteligência como princípios das políticas públicas estaduais.

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB

O governo terá como diretriz a descentralização administrativa das ações de segurança pública com autonomia financeira, administrativa e operacional, orientando-se pelas determinações da política estadual, em consonância com as diretrizes dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, possibilitando a participação da sociedade de acordo com as peculiaridades locais e regionais, partindo de critérios técnicos e científicos.

Como parte das diretrizes da política de segurança pública, o nosso governo desenvolverá um conjunto de políticas articuladas para enfrentar as raízes estruturais da violência e criminalidade, especialmente através da geração de emprego e renda para a juventude e para as camadas sociais mais vulneráveis.

Nosso governo combaterá todas as formas de violência e discriminação.

Assistência Social

As políticas públicas federais, que tanto contribuem para a distribuição de renda e a conquista da cidadania em nosso país, irão inspirar ações no plano estadual que complementem e ampliem o alcance local de programas reconhecidos por sua eficácia no combate à desigualdade, sempre vinculados à educação.

II- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Fortalecimento da economia catarinense

A economia catarinense caracteriza-se por ser uma das mais diversificadas e pujantes do Brasil. Tendo o quinto maior PIB per capita em nosso país, e o sétimo em termos nominais, e com uma população de aproximadamente 3,2% do total, Santa Catarina responde por aproximadamente 5,6% de toda a indústria de transformação nacional de acordo com o documento *Contas Regionais do Brasil 2003-2006*, do IBGE.

Em termos gerais, esta apreciável participação da indústria catarinense no conjunto da produção nacional manteve-se relativamente estável na última década. Nosso governo apresentará contribuições valiosas para ampliar e qualificar esta participação com a adoção pactuada de um conjunto de medidas, articuladas em torno de uma política de desenvolvimento para o setor industrial catarinense, a ser consolidada com base nos seguintes fundamentos:

Política industrial sustentável: envolvendo iniciativas como a constituição de áreas de incubação empresarial e tecnológica, e de parques tecnológicos; composição de fundos compartilhados com o setor privado para o desenvolvimento de projetos estratégicos para os setores; apoio à consolidação de arranjos produtivos locais e setoriais; promoção de estudos e análises sobre as especificidades e dinâmicas setoriais, com vistas à identificação dos elos estratégicos de cada um dos setores que serão objeto de ação específica; identificação de setores dinâmicos; suporte à modernização e à reconversão de setores

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB

declinantes; foco de atenção especial aos empreendimentos da economia solidária e do associativismo, de micro e pequenas empresas industriais, considerando impactos sobre emprego e inovações que estes segmentos podem apresentar; ênfase especial a uma ativa política de inovações industriais, envolvendo tecnologias da informação, soluções em gestão, em logística e em comércio eletrônico, entre outros.

Política fiscal ativa: envolvendo o uso de estímulos fiscais de modo seletivo, negociado e com resultados monitorados; uso das compras governamentais no estado e nos municípios catarinenses para estimular a atividade industrial catarinense, assim como apoio para a maior inserção da indústria catarinense nas compras do governo federal e em outros estados; consolidação de um sistema de financiamento para o desenvolvimento industrial, envolvendo as instituições públicas estaduais, regionais e federais de financiamento (BADESC, BRDE, BB, CEF, BNDES); estudar a constituição de uma unidade de governo responsável pela coordenação e execução da política de desenvolvimento industrial sustentável.

Programa de formação e qualificação profissional continuada: constituição do sistema de formação e qualificação profissional dos trabalhadores catarinenses, em parceria estreita com as organizações do Sistema S (SESI, SENAI, SESC, SEBRAE), das escolas técnicas e universidades catarinenses; desenvolvimento de programas de formação ampliados e específicos que contribuam tanto para a especialização técnica como para a configuração de profissionais e cidadãos mais autônomos e responsáveis.

Política de estímulo à justa remuneração dos trabalhadores: considerando a relevância que remunerações justas podem trazer para a ampliação e consolidação de mercados locais e regionais, assim como para a elevação da produtividade industrial, nosso governo desenvolverá iniciativas negociadas com o setor privado que estimulem políticas remuneratórias que beneficiem os ganhos dos trabalhadores.

Programa de simplificação administrativa: a agilização dos negócios e das atividades do governo é uma de nossas premissas. Para tanto, em articulação com os governos municipais e com a rede de instituições envolvidas nos processos de abertura de empresas, registro de produtos e serviços e comercialização, constituiremos um programa de simplificação administrativa que resultará na redução dos tempos e documentos exigidos para o funcionamento da atividade industrial.

Redução da carga tributária e incentivo ao contribuinte

a) Criação de uma cesta de produtos de consumo popular/básico com redução da base de cálculo do ICMS:

Definição de itens básicos cujo consumo deva ser incentivado pelo Estado, principalmente para famílias mais pobres, como por exemplo, produtos de higiene bucal, material escolar, protetor solar, medicamentos contra o câncer, medicamentos de uso contínuo, alimentos

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB

básicos e bens de capital;

Criação de uma grande cesta de produtos de consumo popular com redução de alíquota de 17% para 12%;

b) Ajuste no ICMS relativo à Energia Elétrica:

O sistema atual de cobrança do ICMS incidente sobre a energia elétrica funciona com duas faixas de alíquota, segundo o consumo. Assim, para o consumo domiciliar urbano de até 150 kWh e rural de até 500 kWh, incide alíquota de 12%. Sobre todo o restante acima desse consumo incide 25%. Como grande parte da base da pirâmide social consome até 150 kWh, por possuírem poucos eletrodomésticos, é socialmente mais justo que esta primeira faixa tenha uma redução da alíquota de 12% para 7%. Quem estiver além desse patamar continuará onerado em 25%;

c) Dilatação dos prazos de recolhimento de tributos

Implantar um planejamento de postergação gradual dos prazos de recolhimento de tributos, especialmente para os bons pagadores, que são a grande maioria. Em especial no âmbito do ICMS, destacamos a necessidade de distensão dos prazos;

c) Concessão de descontos para antecipação de recolhimento

Criação de algumas modalidades de incentivos para que os contribuintes que desejem pagar os tributos com antecedência obtenham um incentivo econômico através de um pequeno desconto no valor do imposto. Dessa maneira, ganha o Estado com antecipação do recolhimento e ganha o bom contribuinte que resolve liquidar débitos antes do vencimento.

Inovações e Ciência & Tecnologia

Ciência e Tecnologia se tornaram o fator determinante na promoção do progresso das sociedades. Conscientes de que a importância de um país ou estado na sociedade da informação em grande medida é determinada pela sua capacidade de gerar ciência & tecnologia, iremos além desta premissa. Em todas as áreas, o nosso governo dará prioridade às inovações tecnológicas, à geração de ciência & tecnologias voltadas a melhorar a qualidade de vida dos catarinenses, à geração de emprego e renda e a enfrentar o enorme desafio das mudanças climáticas.

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB

Priorizaremos a produção de alimentos saudáveis, fortaleceremos as micro e pequenas empresas que geram empregos e tecnologias eficientes, atuaremos para modificar a matriz de transporte e energia, encorajando as modalidades que aumentem a competitividade da economia com menor impacto ambiental. Desenvolveremos inovações para a pequena produção rural, contribuindo para melhorar a produtividade, facilitando o processo de trabalho, melhorando a qualidade da produção, aumentando a renda dos produtores rurais. Estimularemos inovações que contribuam para o redesenho das regiões metropolitanas, dotando as cidades de melhores condições de vida e saúde.

Visando o consumo consciente e a geração de emprego e renda, o governo terá políticas de inovações, assessoria e linhas de crédito específicas aos empreendimentos solidários voltados ao consumo consciente e à racionalização dos recursos naturais. Na era do conhecimento e da informação, um dos segmentos que mais cresce em Santa Catarina é a indústria de informática, na sua maioria micro e pequenas empresas. Sua importância é dada não somente pela alta capacidade de gerar riqueza e empregos, mas sobretudo por ser um dos fatores decisivos para a competitividade dos setores econômicos, assegurando desde já uma prioridade especial em nosso governo.

O uso intensivo de tecnologia será a base também do modelo de gestão administrativa para otimizar recursos, ampliar a eficiência e a transparência das ações governamentais, eliminar burocracias desnecessárias e para ampliar e melhorar a prestação dos serviços públicos. Colocaremos a tecnologia e a inovação a serviço do cidadão.

Nosso estado detém renomadas universidades públicas e privadas, excelentes centros de pesquisa, empresas produtoras de tecnologias, pesquisadores e estudantes talentosos, que proporcionam valiosas condições para que Santa Catarina se transforme em referência nacional em inovações e geração de tecnologias. Experiências de outros países demonstram que a liderança em inovações tecnológicas passa também por massivos investimentos em educação básica e de qualidade. O nosso governo em parcerias com a sociedade catarinense e com o Governo Federal assumirá este desafio como primordial para o futuro do nosso Estado e das próximas gerações.

Infraestrutura e logística

O modelo de desenvolvimento proposto passa pela infraestrutura e logística necessárias ao crescimento do nosso estado. Estaremos alicerçados no tripé econômico, social e ambiental, com prioridades regionais que apontam claramente para o caminho da sustentabilidade e do fortalecimento do parque industrial e tecnológico.

Nosso plano de Logística e Transporte retomará o conceito de planejamento de médio e longo prazo para o setor. Desde já algumas premissas básicas serão consideradas: integração com o planejamento territorial, respeito ao meio ambiente, redução de desigualdades regionais, indução ao desenvolvimento e participação equilibrada dos modais de transporte: rodoviário, ferroviário, aéreo e aquaviário.

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB

Em parceria com o Governo Federal, vamos viabilizar meios para um uso mais intensivo e adequado das modalidades ferroviária tirando partido de suas eficiências energéticas e produtividades no deslocamento de fluxos de maior densidade e distância de transporte.

Visaremos à integração multimodal e a efetivação de obras de construção, pavimentação e ampliação de capacidade para o incremento da eficiência do abastecimento de insumos e do escoamento da produção em áreas que ostentem maior grau de consolidação e de desenvolvimento em sua estrutura produtiva como infraestrutura viária, dragagem e vias de acesso portuário e eliminação de conflitos entre ferrovias e zonas urbanas.

Vamos trabalhar para a implantação e melhoramentos na infra-estrutura viária, de maneira a despertar o potencial de desenvolvimento em regiões que apresentem indicadores econômicos e sociais abaixo dos valores médios nacionais e estaduais, de forma a reduzir as desigualdades eventualmente existentes. O nosso governo terá um papel de promotor da logística e infraestrutura, sempre buscando a parceria com o setor privado, visando fortalecer uma sólida cadeia produtiva no setor e a promoção do desenvolvimento do setor industrial.

Turismo

Nosso Estado tem uma forte vocação para o turismo, porém, não há uma política de Estado voltada para potencializar este setor. Diante disso propomos organizar um modelo de turismo sustentável, que atenda as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras, respeitando as potencialidades advindas da diversidade e do patrimônio cultural, desenvolvendo novas modalidades de turismo, a preservação das paisagens culturais, dos recursos naturais e a ampliação do bem estar da população local.

O turismo deve ser melhor distribuído nos locais e territórios, mais orientado a atrair turistas motivados pelo reconhecimento da diversidade dos modos de vida, das tradições, das festas, da gastronomia, danças, músicas e demais manifestações culturais dispersas em todos os territórios. Além disso, devemos lidar com o fato de que uma grande parcela da população catarinense não conhece o próprio Estado, ou o conhece apenas parcialmente, o mesmo acontecendo com parcelas abrangentes das populações dos estados e países vizinhos que certamente sonham em conhecer o nosso estado. Para atender a estas populações é que estruturaremos um Programa de Estímulo ao Turismo Comunitário, que proporcionará apoio para a consolidação de uma rede de hospedarias mais acessíveis em todas as regiões do Estado, constituídas por empreendimentos solidários e associativos, proporcionando as bases para que este grande contingente populacional conheça e viva Santa Catarina.

Vamos criar mecanismos que possibilitem o diálogo com outros segmentos públicos e/ou privados, principalmente os regionais e municipais. A reversão do turismo sazonal implica na definição de estratégias para a estruturação de outros segmentos turísticos com potencial, tais como o turismo comunitário, o ecoturismo, o turismo COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB

sustentável (que atrai o público interessado em preservação ambiental), o turismo de negócios e o turismo cultural. Trabalharemos para a identificação de novos mercados e de visitantes em potencial. Investiremos na estruturação de atrativos mais sofisticados, de valor agregado, capazes de serem âncoras regionais, estimulando e valorizando as potencialidades e produtos locais.

Pesca e maricultura

Santa Catarina é um dos estados com maior potencial pesqueiro do país. Por isso propomos definir e ordenar programas estruturantes da cadeia produtiva para a ampliação de investimentos, a criação de um quadro de pessoal próprio e, principalmente, a concepção de gestão que articula toda a atividade da cadeia produtiva: produção, transformação e a comercialização. Com isso pretendemos produzir alimentos, melhorar a renda, gerar empregos e qualidade de vida de pescadores e aquicultores.

Vamos valorizar a cultura das populações tradicionais, pescadores artesanais e de subsistência; fortalecer o mercado interno, aprimorar tecnologias que garantam a recuperação dos estoques pesqueiros, além do investimento na alternativa de produção da aquicultura familiar como pilares da sustentabilidade ambiental. É fundamental constituir, integrar e estruturar o sistema de saneamento básico, qualidade da água e sanidade para desenvolvimento adequado da pesca e aquicultura, considerando, a biossegurança e qualidade do alimento produzido.

Energia

O problema da matriz energética atual não é uma situação específica do Estado de Santa Catarina, mas mundial e também nacional. A revolução industrial nos últimos dois séculos baseou-se em energias fósseis, modelo de consumo ineficiente e supérfluo e sem se preocupar com a poluição. Nosso governo desenvolverá políticas para pavimentar a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável. O pré-sal é uma importante oportunidade que nosso Estado deverá aproveitar, tanto na divisão de royalties, quanto no “Fundo Social”, a fim de potencializar uma estratégia para impulsionar a produção de todas as energias alternativas (bioenergia, eólica, solar, energia das marés, pequenas usinas hidroelétricas, reaproveitamento de resíduos orgânicos etc.), visando o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental.

Ao mesmo tempo, o pré-sal está impulsionando o surgimento de uma sofisticada cadeia produtiva da indústria naval em nosso Estado. Novos e sofisticados empregos estão surgindo, novos produtos e serviços estão sendo demandados que terão em nosso governo atenção especial. Em paralelo a exploração e produção de petróleo crescem as oportunidades de utilização do gás para o uso intensivo em segmentos industriais e domésticos. Portanto, em nosso governo a SC Gás terá um papel fundamental no desenvolvimento.

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB

Os dejetos suínos que trazem enormes prejuízos ao meio ambiente serão transformados em fonte de energia renovável por meio de um amplo plano de estímulo aos biodigestores, trazendo consigo mais renda aos produtores, mais empregos e proteção ambiental. Será uma diretriz de governo: transformar os desafios em grandes oportunidades para o povo catarinense.

Desenvolvimento rural

Vamos dar atenção especial para o fortalecimento da agricultura familiar, sintonizados com a importância dos setores agroindustriais e de cooperativas do nosso Estado.

Daremos garantia da segurança alimentar e nutricional, reforçando as políticas públicas de apoio aos assentamentos da reforma agrária e assegurando um modelo agrícola que garanta a preservação e manejo sustentável das paisagens naturais, dos ecossistemas e da biodiversidade e a reprodução da diversidade do patrimônio histórico-cultural das populações rurais do nosso estado.

A política de melhoria das condições de vida da produção familiar articulará ações em diferentes frentes visando garantir a aquisição de alimentos da pequena produção rural para alimentar nossa rede de escolas, hospitais, creches, instituições de atendimento a jovens e idosos, restaurantes e feiras populares, garantindo alimento de qualidade para a população, preço justo e escoamento para o pequeno produtor. Nosso projeto envolverá uma série de inovação tecnológicas, em parceria com redes de universidades e centros de pesquisa como a Embrapa e Epagri, orientadas para melhorar as condições de trabalho, de produtividade, e a qualidade de vida das populações rurais. Os programas de assistência técnica, diversificação e agregação de valor à produção envolverão a Epagri, a rede de universidades, rede de escolas técnicas agrícolas catarinenses e ONGs. Teremos um programa específico de melhoria da habitação no campo e de acesso à telefonia e à internet na área rural.

III- DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Através da conjugação dos preceitos de justiça e de gestão, estruturaremos um conjunto de políticas que aponte claramente o caminho da transição para um modelo de desenvolvimento sustentável com recorte territorial, setorial e socialmente justo. As diretrizes e critérios derivados de uma política sustentável terão forte influência em todas as demais políticas governamentais. Assumir a transversalidade e a complementaridade das políticas públicas é uma condição fundamental para enfrentar as limitações de recursos, a vulnerabilidade e as implicações das alterações climáticas que afetam diferentes setores e segmentos do território catarinense.

Tendo presentes os desafios imediatos, como a geração de emprego e renda, não esqueceremos de pensar e agir com olhos no futuro. Pretendemos ter uma atitude pró-ativa para que o Estado e governo – em permanente diálogo com a sociedade - sejam indutores de uma sociedade sustentável, valorizando e potencializando as características socioeconômicas e culturais de nosso Estado, atuando fortemente sobre a matriz energética e de transporte, a educação e a geração de ciência e tecnologia para redesenhar o futuro de

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB

Santa Catarina. Estado e governo, em conjunto com os atores econômicos e sociais, devem repensar e atuar para alterar os padrões de produção e consumo atuais, visando à sustentabilidade da sociedade a longo prazo. Santa Catarina detém as principais condições para se tornar um Estado modelo em sustentabilidade, faltando estabelecer esta questão como prioridade governamental.

Mudanças Climáticas

A erradicação da pobreza e as mudanças climáticas são alguns dos principais desafios da sociedade contemporânea. A chamada “economia de baixo carbono” – um modelo de economia que busca menos emissão de gases poluentes - está crescendo no mundo todo.

Temos todas as condições para constituir uma vigorosa indústria de tecnologias limpas e de energias alternativas, ou seja, nosso governo mobilizará recursos orçamentários, regulações e políticas de incentivos fiscais, universidades e centros de pesquisas, mecanismos de articulação política e econômica para constituirmos nosso estado como um centro vigoroso de produção e exportação de tecnologias limpas, de energias renováveis e de soluções para problemas ambientais. Temos todas as condições de converter um problema numa fonte de soluções para questões ambientais e em divisas para o Estado.

Nosso governo terá uma atitude pró-ativa por meio de uma série de medidas, entre as quais, a adoção de normas e regulamentações direcionadas a todas as áreas como, por exemplo, para as licitações públicas, quando serão promovidos critérios socioambientais a serem atendidos pelas empresas participantes de processos de licitação. Também a política tributária estadual deve ser atualizada incorporando esta questão, estimulando produtos e serviços menos poluentes.

A preservação de nossos recursos hídricos e das nossas paisagens naturais estará em primeiro plano. Por isto, nosso governo dará atenção especial à proteção e preservação das diversas fontes de água potável presentes em solo catarinense. Em articulação com as prefeituras municipais, com os empresários e com a sociedade civil, desenvolveremos um ambicioso programa de despoluição de praias, rios, lagos e lagoas.

Atenção especialmente será dada ao papel da Defesa Civil e ao gerenciamento de crises nos municípios para se antecipar e evitar os efeitos negativos sobre a sociedade. Para tanto, propomos a constituição de um novo arranjo institucional para lidar com os riscos e acidentes climáticos, envolvendo: a) Estabelecimento de uma Coordenação Geral de Defesa Civil, ligada diretamente ao Gabinete da Governadora. A transversalidade do tema exigirá trânsito em todas as secretarias para organizar iniciativas e recursos; b) Estabelecimento de orçamento permanente e efetivamente disponível para as ações de Defesa Civil, composto por recursos dos três níveis de governo, por doações privadas e por outras fontes previstas em lei; c) Composição de um sistema de logística estruturado, integrado e racionalmente distribuído nas regiões, capaz de atender, num curtíssimo espaço de tempo, as populações atingidas por acidentes e catástrofes ambientais em aspectos como meios de transportes para retirada das populações em risco de áreas atingidas, primeiros socorros e atendimento

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB

de saúde, alimentação, abrigo temporário, reconstrução de moradias e liberação de recursos emergenciais; d) Estruturação de um sistema de identificação e monitoramento de áreas e populações expostas a risco; e) Envolvimento da sociedade no controle e execução das iniciativas relacionadas à proteção civil.

IV- NOSSO MODELO DE GOVERNAR

Democrático, participativo e republicano

Faremos um governo democrático, participativo e republicano, orientado aos interesses dos cidadãos, visando o desenvolvimento econômico e social com respeito ao meio ambiente. Aprofundaremos a democracia com maior participação social nas políticas públicas, inclusão social, reconhecimento e fortalecimento dos direitos humanos e da diversidade cultural. Ampliaremos o diálogo com atores políticos, econômicos, sociais, ambientais, sociedade civil, mulheres, aposentados, jovens e servidores públicos.

Um governo republicano significa o interesse público acima dos interesses privados. Um governo que tratará cada município e cada região com equilíbrio, que buscará as soluções para os principais problemas dos catarinenses, ouvindo a população e decidindo com justiça. Vamos fortalecer as regiões por meio de políticas públicas articuladas e com a garantia efetiva da descentralização das decisões e dos recursos financeiros, objetivando, sobretudo, o desempenho econômico, social e cultural.

Uma maneira nova de fazer política e governar é a capacidade constante de incluir a vontade e as expectativas da sociedade nas ações de governo. Vamos valorizar as instâncias de participação como fóruns, conferências e conselhos para que a sociedade assuma maior participação em todo o ciclo das políticas públicas, da formulação, passando pelo monitoramento, da execução até a avaliação, e o planejamento das novas iniciativas. No Brasil, nos últimos sete anos foram realizadas 68 conferências nacionais e internacionais que envolveram mais 4,5 milhões de brasileiros. Nosso governo irá fortalecer a participação de todos os segmentos como caminho para fortalecer a cultura democrática na sociedade.

Faremos um governo em permanente comunicação com a sociedade, organizando mecanismos de atenção aos seus anseios e demandas, seja na articulação de fóruns públicos, seja nos canais mais acessíveis de ouvidorias.

Diálogo Social com a sociedade

Será criado o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social para ouvir a voz da sociedade catarinense nos rumos do governo. Seminários, conferências e planos de desenvolvimento regionais também integrarão nossa arquitetura político-institucional em busca de um governo republicano e eficaz.

Sem abdicar do direito e do dever de termos políticas próprias como governo, pretendemos criar uma agenda regular de diálogo, visando uma ampla parceria com a sociedade. Nosso objetivo estratégico é interagir com a sociedade para alcançar resultados práticos para a população a curto e médio prazo.

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB

Gestão pública competente e cidadã

Faremos um governo que lidere, articule, coordene e oriente de forma clara e precisa as suas instâncias administrativas, articulando suas ações e programas em sinergia com as dimensões regionais, bem como com as esferas municipais e federais.

A proposta de governança, diálogo, território, políticas públicas envolvendo diversos setores (intersectorial), de servidores públicos qualificados e comprometidos, de orçamento orientado ao desenvolvimento sustentável deverão ser pressupostos básicos de uma visão integrada para a tomada de decisões de seus gestores, tendo como sentido a eficácia social no resultado das ações públicas.

Principais pressupostos para fundamentar e moldurar o programa de governo:

Diretrizes para um Projeto de Governança

Governança significa o fortalecimento das regras das instituições, a definição das atribuições e responsabilidades dos atores políticos envolvidos, propor e pactuar políticas, coordenar e negociar com os atores econômicos, sociais e políticos interesses amplos visando o desenvolvimento de toda a sociedade. Objetiva incorporar as aspirações da sociedade e das diferentes regiões do nosso estado, reconhecendo a centralidade institucional do governo estadual em articular estas aspirações com as motivações e recursos dos governos locais e do governo federal.

O conceito de governança implica o reconhecimento de que não estamos isolados no enfrentamento dos problemas, mas que o governo do estado tem atribuições decisivas como articulador de outros agentes políticos, sociais e econômicos. Muitas empresas públicas estaduais ou de economia mista já adotam padrões de governança bem definidos que aumentam sua estabilidade institucional, os resultados econômicos e sociais, e evitam o uso político das estruturas públicas. O nosso governo irá promover altos padrões de governança em todas as esferas administrativas do Estado.

Diante deste desafio, a introdução do conceito de Governança Pública emerge como modelo de Administração Pública para a gestão do estado e da sociedade catarinense. Assim, será na combinação entre estruturas e interações, em que se afirmará o papel protagonista de estado coordenador de forças políticas ao mesmo tempo em que se resgatará as redes/comunidades/sociedades como estruturas de construção de políticas públicas.

Intersetorial

Uma gestão intersetorial que tenha eixos comuns e agregue setores potencializa as políticas públicas, racionaliza e otimiza o uso dos recursos públicos, amplifica os resultados e os benefícios coletivos. A articulação intersetorial visa contrapor a histórica fragmentação institucional entre setores governamentais promovendo um sistema integrado capaz de ajustar as diferentes visões em torno de objetivos mais amplos de longo prazo, contribuindo para a alocação eficiente dos recursos existentes, evitando a superposição de ações.

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB

A gestão intersetorial implica na construção de pactos em torno de decisões-chave sobre alocação de recursos; planejamento global que dê direção comum aos vários setores e evidencie as áreas de interseção, permitindo a identificação de intervenções estratégicas e o monitoramento sistemático das ações setoriais. Como exemplo, as políticas públicas de geração de emprego e oportunidades devem estar articuladas com as demandas econômicas, com educação, juventude, inovações tecnológicas, fortalecimento das pequenas e médias empresas e da economia solidária, entre outras. A rigor, é possível pensar que todas as frentes de políticas públicas podem contribuir para a geração de empregos e oportunidades de trabalho.

Para que a intersetorialidade ocorra é fundamental uma atitude ativa do Estado no sentido de coordenar e conduzir um processo de construção de acordos políticos entre os atores em torno de um projeto integrador, negociando ganhos de curto, médio e longo prazo. Intersetorialidade significa um esforço em compreender que as soluções para os problemas enfrentados só podem ser construídas se conseguirmos mobilizar diferentes instrumentos de políticas públicas, diferentes atores, diferentes recursos, diferentes interesses, mobilizados coordenadamente para as soluções pactuadas.

Gestão Territorial

A incorporação da ideia de território – um espaço geográfico com identidade econômica, social e cultural comum - como modelo de decisão e organização de políticas públicas implica num salto qualitativo na promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável. Visa superar desequilíbrios regionais, assim como promover uma maior aproximação das políticas públicas com as reais demandas e necessidades a serem enfrentadas nos territórios.

Nosso governo assume o compromisso com as seguintes proposições: a) Afirmação de princípios éticos e republicanos no trato das questões públicas; b) Afirmação de princípios da democracia deliberativa; c) Garantia da autonomia dos fóruns regionais; d) Consolidação dos planos regionais de desenvolvimento sustentável como instrumento de pactuação e gestão regional.

Servidores qualificados e orientados aos interesses da população

A constituição de equipes de funcionários e dirigentes públicos qualificados, motivados e orientados aos interesses dos cidadãos configura-se num dos maiores desafios do nosso governo. Para constituirmos estas equipes em todas as frentes de atuação das organizações públicas, mobilizaremos um conjunto de instrumentos envolvendo processos de recrutamento por mérito e competência capazes de identificar funcionários públicos orientados aos interesses do cidadão; planos de formação e qualificação profissional orientados para os principais desafios da gestão pública; política remuneratória estimulante e compatível com os princípios da responsabilidade fiscal; liderança ativa e democrática por parte dos dirigentes públicos, de modo que as habilidades dos trabalhadores sejam reconhecidas e incorporadas; políticas e programas organizacionais estimulantes, capazes de motivar e mobilizar os funcionários públicos para resultados e impactos sociais, econômicos e de sustentabilidade; forte compromisso ético e de práticas republicanas na

condução da máquina pública.

Orçamento orientado ao desenvolvimento sustentável

Uma das maiores mudanças que iremos praticar será reorientar o orçamento do Estado para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável e não para uma simples reprodução de padrões históricos de gastos públicos pouco condizentes com os reais interesses dos(as) catarinenses.

Algumas das estratégias para esta nova orientação do Orçamento Público do Estado:

a) Definição qualificada dos objetivos e metas para as políticas públicas, planos de ações orientados para o desenvolvimento sustentável;

b) Eliminação de sobreposições e de desperdícios orçamentários;

c) Rigor na identificação dos custos envolvidos em cada uma das políticas, programas e ações prioritários do governo;

d) Política ativa de pactuação com atores públicos, privados, da sociedade civil e de organismos internacionais para a composição dos recursos orçamentários necessários à execução das políticas e programas definidos;

e) Alinhamento com políticas e programas do Governo Federal, ao mesmo tempo em que podemos ter uma política mais ativa do uso do orçamento estadual para negociar contrapartidas com os governos federal e municipais de modo a multiplicar o orçamento estadual;

f) Construção de políticas e programas mobilizadores, que atrairão novos recursos;

g) Comunicação ativa dos resultados alcançados como forma de aumentar a legitimidade, a visibilidade e a potencial captação de recursos para políticas, programas bem executados;

h) Compromisso dos dirigentes públicos com a execução orçamentária com qualidade – metas de execução orçamentária;

i) Compromisso com as decisões do Orçamento Regionalizado.

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA

(PT – Partido dos Trabalhadores; PR – Partido da República; PC do B – Partido Comunista do Brasil; PHS – Partido Humanista da Solidariedade; PRB – Partido Republicano Brasileiro; PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro; PSB – Partido Socialista Brasileiro; PSDC – Partido Social Democrata Cristão)

COLIGAÇÃO A FAVOR DE SANTA CATARINA
PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PHS, PSDC e PRTB